

Entre margens e resistências: o espaço afro no tecido urbano contemporâneo em Campinas

Between margins and resistances: the afro space in the contemporary urban fabric in Campinas

Bianca Franco de Oliveira Santos(1), Jéssica Almeida Polito(2).

1 Graduada em Arquitetura de Urbanismo pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP-EC).

E-mail: bia.oliveirapires@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2070-2512>

2 Doutora em Urbanismo (2018) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

E-mail: jessica.polito@unasp.edu.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5556-6699>

Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 9, n. 1, p. 67-80, Janeiro-Junho, 2020 - ISSN 2318-1109

DOI: <https://doi.org/10.18256/2318-1109.2020.v9i1.3486>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Grace Tibério Cardoso

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

Essa pesquisa bibliográfica discute a vitimização dos indivíduos de origem africana, buscando entender o porquê da falta de sensibilidade a igualdade racial, a desvalorização da cultura e o quanto isso reflete na integridade social no Brasil, pensamentos e ações que perduram desde o período escravocrata até a atualidade. Visando valorizar as características da cultura africana e a maneira como ela foi tratada ao longo da história, a fim de evidenciar a resistência e luta por parte dos escravos, no processo de endoculturação brasileira. Propondo por meio dos espaços culturais, ambientes mediadores de experiências, conhecimento histórico e vivências visando modificações mais efetivas por meio da conscientização sobre a importância desta cultura na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Cultura afro. Centro cultural. História da urbanização. Resistência cultural. Escravos em Campinas.

Abstract

This bibliographic research discusses the victimization of individuals of African origin, seeking to understand why the lack of sensitivity to racial equality, the devaluation of culture and how much this reflects on the social integrity in Brazil, thoughts and actions that last from the slave era to the present. Aiming to value the characteristics of African culture and the way it has been treated throughout history, in order to evidence the resistance and struggle on the part of the slaves, in the Brazilian endoculturation process. Proposing through to the cultural spaces, environments mediating experiences, historical knowledge and experiences - aiming more effective modifications through the awareness about the importance of this culture in contemporary Brazilian society.

Keywords: Afro culture. Cultural center. Urbanization history. Cultural resistance. Slaves in Campinas.

1 Introdução

Na cultura brasileira é sabido, que desde sua colonização, é mantida a ilusão de uma democracia racial, porém, isso encobre o preconceito sempre latente. O presente artigo, intenta apontar para uma falha corriqueira, quanto à vitimização dos indivíduos de origem afro, bem como a sua cultura já miscigenada em solo brasileiro. Este hábito, se assim o podemos chamar, está relacionado com uma cultura tida como patriarcal e escravocrata que, após a abolição da escravatura, acarretou a desarticulação destes indivíduos na sociedade.

A fobia, o preconceito e perseguições ideológicas mesclam-se a uma tentativa atual e sutil de reverter um quadro já consolidado de exclusão social. Isto é, a contemporaneidade nos tem apresentado propostas que buscam a inclusão, a partir de ações governamentais como as mais singelas e imediatas – por exemplo, as manifestações culturais, que veem sendo registradas como bens imateriais e saberes do povo brasileiro – dentro de um olhar culturalista, arquitetônico e urbanístico.

Cabe aqui, então, discutir sob quais aspectos e de quais maneiras a perspectiva da vitimização pode ser superada pelo reconhecimento, acolhimento e valorização cultural dentro de uma proposta de um museu sensorial, que permita aos usuários a vivência de determinado período histórico por meio de outro olhar, possibilitando a partir do conhecimento adquirido, discernimento e igualdade.

Entendemos que o espaço construído, impacta na dinâmica social de uma cidade, podendo ser ele um instrumento de intervenção numa prática já consolidada em dada sociedade. Contudo, o projeto, por si só, não modifica plenamente uma situação de cunho histórico, mas pode educar, conscientizar e valorizar outros modos de ver a vida – fazendo da história a sua justificativa para então poder transformar, ao menos a sociedade.

Assim, o resultado da somatória de costumes de determinada região, formula o que conhecemos como cultura. Roque Laraia (2015) em seu livro *Cultura um conceito antropológico* nos explica, que ser parte de uma determinada cultura é passar pelo processo de aprendizado dela, esse processo é chamado de endoculturação.

Por exemplo, na cidade de Campinas é possível observar que em 1799, havia cerca de 1.862 habitantes e 700 escravos e no ano de 1836, houve um aumento para cerca de 6.689 habitantes e 3.950 escravos, chegando em 1874, a marca de 31.397 habitantes para 13.685 escravos (FUPAM, 2015). Tais dados, exemplificam a compreensão da existência de uma das matrizes culturais do país, que é a matriz afro, que chegou ao Brasil por meio da escravidão. Assim, temos então, a estrutura escravocrata, no qual a economia brasileira, se sustentava, estrutura que reverberou até a atualidade (RIBEIRO, 2015).

Com isso, de que forma os preconceitos podem ser combatidos na contemporaneidade com ações cotidianas? Além disso, como poderia um espaço cultural ser desenvolvido e lidar com a questões raciais, a fim de reverter um quadro histórico?

Primeiramente é necessário adquirir consciência de que a sociedade brasileira possui uma herança de escravidão, tal processo é degradante e muitas vezes omitido, num desenvolvimento cultural, que age como se o preconceito racial nunca tivesse ocorrido e não acontecesse atualmente.

Ruth Benedict (1972, *apud* LARAIA, 2001, p. 67), escreveu em seu livro “*O crisântemo e a espada*”, que a cultura é como “uma lente através da qual o homem vê o mundo”, porém, é preciso a troca de lentes para enxergar as necessidades e dificuldades existentes em cada sociedade.

No caso do Brasil, é possível visualizar o período escravocrata por dois seguimentos, o negro como desprovido do saber, que pode ser utilizado segundo a necessidade de seu comprador (SOTT, 2016) sendo designado para a produção agrícola, outrora construtor ou ainda aquele que vende tal produto. Ou compreender, que o negro a todo momento não aceita com facilidade e procura resistir a escravidão, criando maneiras de materializar sua resistência, através dos quilombos e ajuntamentos com seus iguais, desenvolvendo uma luta mais igualitária para com os “senhores”

Ilustração 01 – Negra com seu filho,
Salvador, 1884



Escrava posando com o seu filho, sendo carregado com os panos da costa para que ele não a impeça de realizar o seu trabalho, maneira tipicamente africana para carregar seus filhos.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (PP, 2014).

Ilustração 02 – Mocama com bebê
branco, Bahia, 1870



Ama negra, que carrega uma criança branca a maneira dos panos da costa, não é uma maneira cotidiana de carregar o filho de seus senhores, uma vez, que a criança deve ser observada.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (PP, 2014).

(SILVA; NASCIMENTO, 2012). Outras maneiras de evidenciarem sua resistência, era por meio de danças, lutas e penteados, como as tranças nagô¹, capoeira e jongo².

A busca pela liberação desta sociedade escravocrata, ocorria por uma diferença de compreensão de mundo, sendo que para o branco do século XVIII e XIX, o escravo não era digno de frequentar os mesmos espaços que ele, pois era visto como objeto (SILVA; NASCIMENTO, 2012). Assim, de acordo com Ghirello:

O termo raça, [...], foi utilizado ao longo da história com a finalidade de descrever os diferentes “tipos” humanos, suas variações e ancestralidade. É no final do século XVIII, fundamentado no etnocentrismo europeu, no entanto, que o termo associa a classificação à uma hierarquia, que delimitava povos supostamente superiores e inferiores. (GHIRELLO, 2018, p. 30).

Quando o tema é escravidão, o pensamento imediato é o da colonização europeia, que retirava do continente Africano homens e mulheres, sem o poder de escolha. Eles eram trazidos de forma desumana em navios negreiros, a fim de serem comercializados em toda a América, explorando os negros em geral, usando de sua força física para o trabalho e usufruindo do corpo das mulheres (GHIRELLO, 2018).

Foi exatamente assim, que ocorreu no Brasil no início do século XVIII. Mahommah Gardo Baquaqua (2016, p. 272) exemplifica essa trajetória em seu relato autobiográfico³ por meio do seguinte episódio:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres de outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e fadiga. (BAQUAQUA, 2016, p. 272).

Ao chegarem no Brasil, eram descaracterizados de todos os títulos que possuíam, recebiam novos nomes e eram obrigados a fazer parte de uma nova cultura; sendo integrados a uma nova língua e religião pré-estabelecida, o português e o catolicismo. Mesmo provenientes de culturas africanas distintas, conseguiram interagir e agregar valores e significados à cultura brasileira (DARCY RIBEIRO, 2015). Além

1 No início do séc. XV, na escravidão, o cabelo exerceu uma importante função ao conduzir mensagens, sendo integrante de um complexo sistema de linguagem. Se tornando, uma forma de resistência, mantendo as raízes vivas (BLOG TRANÇA NAGÔ *apud* LAS PRETAS, 2019).

2 Uma dança africana, dançada ao som de tambores, também conhecida por caxambu e corimá (VIEIRA, 2019).

3 Mahommah Gardo Baquaqua considerado o único relato de um escravo brasileiro.

de enriquecer a cultura brasileira, é importante destacar que os negros se apropriam de sua etnicidade⁴ afim de formar uma organização e mobilização, com o intuito de conseguir seus direitos, acesso a políticas públicas e acima de tudo, limitação e defesa de seu território, onde o mesmo é composto por uma ressignificação entre o território habitado e possuinte de cultura (DANTAS, 2015).

Nesse entrave entre ressignificar seus direitos, surgem os chamados quilombos⁵, tratam-se de locais para refúgio e resistência em sua maioria dos escravos – eram compostos por indígenas, homens livres, mestiços, brancos e os escravos fugidos (GOMES, 2015). De acordo com Silvia e Nascimento (2012, p. 24), a fuga tinha como destino:

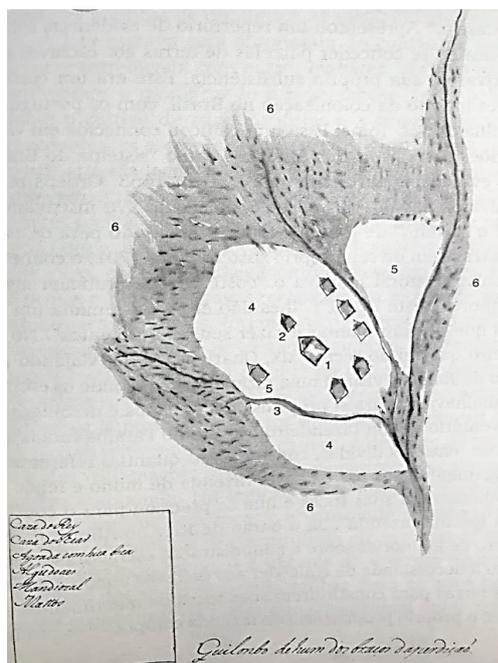
[...] as matas ainda não consumidas pelo conquistador consistiu em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição de territorialidade negra no Brasil. (SILVA; NASCIMENTO, 2012, p. 24).

Em alguns locais do Brasil, esse agrupamento de pessoas “não pertencentes a um grupo”, também eram chamados de mocambos. Sendo corriqueira, a ideia de que os quilombos formavam micros sociedades isoladas. Entretanto, a realidade era diferente, os quilombolas viviam às margens da sociedade branca, a ponto de realizar o comércio de matéria prima, com alguns comerciantes e até mesmo fazendeiros, em contrapartida recebiam proteção e algumas isenções de impostos (GOMES, 2015).

4 Etnicidade condição ou consciência de pertencer a um grupo étnico. Grau de conformidade dos membros de uma coletividade aos padrões culturais do seu grupo.

5 Décio Freitas elaborou uma tipologia para os quilombos, usando a base de sustentação econômica deles, podendo classificá-los em sete tipos principais como: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e predatórios. Auxiliando a compreensão sobre a diversidade de modos de produção que foram desenvolvidos pelos negros naquele período, bem como, reconhecer essa existência. (SILVA; NASCIMENTO, 2012).

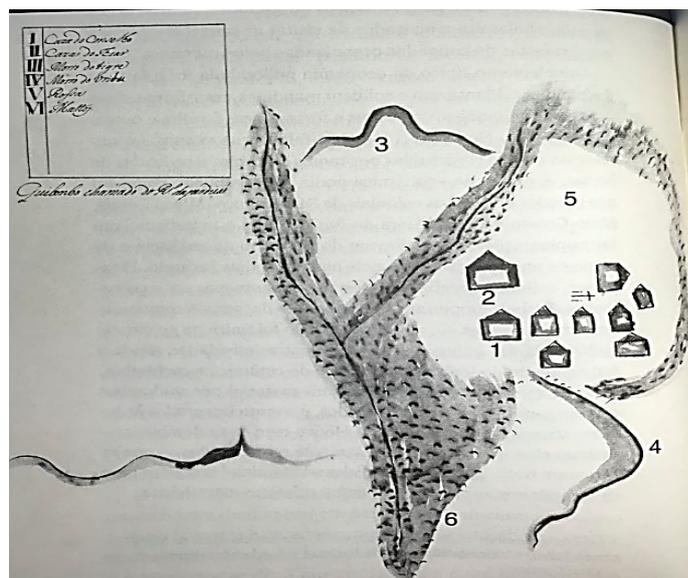
Ilustração 03 – Desenho do mapa do Quilombo Braços da Perdição em Minas Gerais, no século XVIII



Com casa do rei no centro (1), casa do tear próximo (2), aguada com sua bica abaixo (3), plantação de algodão (4), mandioca (5) ao redor, cercado por mata (6).

Fonte: GOMES, 2015.

Ilustração 04 – Desenho do mapa do Quilombo do Rio da Perdição em Minas Gerais, no século XVIII



Com casa do conselho no centro (1), casa do tear acima (2), morro do Tigre a cima (3), morro do Urubu a direita (4), roça (5) a cima, com mata a baixo (6).

Fonte: GOMES, 2015.

Tais quilombos formaram uma etnoterritorialidade⁶, são várias as possíveis definições para o termo; no geral sua composição é feita principalmente por etnicidade e territorialidade, pois ao limitar um acesso, um grupo poderia estar marcando territorialmente os limites entre “nós” e os “outros”, evidenciando as diferenças entre os outros grupos (DANTAS, 2015).

2 A formação de Campinas e sua base escravocrata

No processo de formação da cidade, o pouso, que é uma estadia dos tropeiros⁷, existente em todo o período de colonização, considerado uma ferramenta de ocupação do território na ótica europeia/civilizatória presente diretamente na formação da

6 Etnoterritorialidade, é um conceito proveniente do campo da geografia, que formam grupos étnicos, que são constituídos pela população negra rural ou urbana, que se definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. (LIMA; GIANASI, 2011).

7 Os tropeiros, foram responsáveis por construir o início do desenvolvimento da economia brasileira, seguindo algumas trilhas abertas pelos índios, em sua maioria eram responsáveis por desbravar novas rotas, abrindo espaços para os primeiros povoados, por volta do século XVIII. (BCO, 2016).

cidade de Campinas, assim como o quilombo é uma estrutura espontânea e localizada sempre as margens desse pouso (território colonizado). É possível perceber, que estar as margens possui uma conotação de “aquele que não pertence a determinado grupo”, estrutura que deve ser observada de maneira cautelosa para que não se mantenha na atualidade. (GOMES, 2015).

Consoante a isso, temos dentro da lógica de ocupação quilombola, a necessidade de manter tal grupo próximo à população colonial permitindo suas articulações econômicas, localizando-se próximo à água, nas curvas e bifurcações de rios navegáveis o que possibilita a flexibilidade de fuga, frente a uma invasão (GOMES, 2015, p. 20).

Tendo como exemplo a história de Campinas, que surgiu por meio da localização do “Pouso das Campinas”, com sua origem diretamente ligada a uma nova rota bandeirista conhecida como “caminho geral dos Goiases”. Esse caminho possuía como objetivo chegar até o atual estado de Minas Gerais, pois no fim do século XVII, foi descoberta a primeira jazida de ouro nessa região o que gerou um intenso movimento migratório, a rota foi desenhada para que não passasse por território de Gerais⁸, porque no ano de 1720, ficou definido o desmembramento de São Paulo e Gerais (ROSSETTO, 2006).

O caminho geral dos Goiases partia de São Paulo até a região de Minas Gerais, tal caminho circunda a Serra da Mantiqueira, atravessa os atuais municípios de Jundiaí, Mogi Guaçu, Casa Branca e Franca até Uberaba. Essa travessia possuía duração de aproximadamente quatro dias, portanto, foi necessária pequenas clareiras ou “campinhos”, que serviriam de base para alimentação das tropas e dos animais. É documentado, que teriam três desses campinhos ao longo do percurso, apenas por volta do ano de 1721, na região em que os campinhos eram localizados, formou o primeiro pouso da nova estrada, nomeados de “Campinas do Mato Grosso”, localizado entre Jundiaí e Mogi Mirim (ROSSETTO, 2006).

O surgimento da cidade de Campinas ocorreu em meados do século XVIII, caracterizado apenas por um bairro rural localizado exatamente no pouso dos tropeiros nas proximidades da estrada dos Goiases, chegando a abrigar no ano de 1767 cerca de 185 habitantes (PMC, 2019a). O local continuou se desenvolvendo, pois acolheu fazendeiros, que buscavam terras para lavouras de cana e engenhos de açúcar, ambos utilizando a mão de obra escrava (PMC, 2019b).

Com a chegada desses fazendeiros, o bairro rural do Mato Grosso foi se desenvolvendo e em 1772 foi solicitada a licença para a construção de uma capela no ano de 1773, foi autorizado a construção da Igreja Matriz. Tornou-se Freguesia Nossa Senhora de Conceição de Campinas após a sua primeira missa em 14 de julho de 1774, período em que Campinas já contemplava três engenhos de açúcar e lavouras de cana. Em 1797, foi elevada a vila com o nome de São Carlos, neste ano eram contabilizados cerca de 1.862 habitantes e 700 escravos (PMC, 2019a, 2019b; FUPAM, 2015).

8 Atual estado de Minas Gerais.

Posteriormente, de acordo com Alessandra Martins (2016, apud. GHIRELLO, 2018, p. 24), no ano de 1829, “o número de negros residentes chegou a alcançar quase 60% da população” e em 1839, a produção de açúcar chegou a atingir um terço da produção do estado de São Paulo, o que impulsionou a cidade a ser a maior compradora e distribuidora de escravos desse período. No ano de 1842, Campinas foi elevada à categoria de cidade, período no qual as plantações de café desbancavam as lavouras de cana e predominavam nas paisagens de toda a região (PMC, 2019a; GHIRELLO, 2018).

Campinas ficou conhecida como a cidade com as punições mais severas e duras pelos senhores de engenho; servindo como uma forma de ameaça aos escravos de outras regiões, que seriam levados à Campinas, caso demonstrassem mau comportamento, por meio de fugas ou revoltas (GHIRELLO, 2018).

3 Resignificação da cultura

Uma forma de recuperar essa degradação social proveniente da história, é por meio da cultura, que se forma a partir da vivência que determinado indivíduo possui, o que significa, que o ser humano desde seu nascimento é acometido por influências externas, provenientes das experiências de outros (LARAIA, 2015). Assim, temos Roque de Barros Laraia (2015, p. 45) que corrobora com essas ideias, ao dizer que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço da toda uma comunidade. (LARAIA, 2015, p. 45).

Assim, outra maneira de modificar essa cultura pré-estabelecida, é trazendo novas experiências, a fim de formular uma visão crítica para determinados acontecimentos históricos, pois, em nosso psicológico, entendemos as situações e as vivemos de acordo com as referências pessoais e culturais que recebemos, mecanismo que pode ser aplicado na percepção e significação do espaço (ambiente), na forma de arquitetura (SIQUEIRA, 2001).

Segundo Geert Hofstede (1991), em sua teoria sobre as dimensões culturais, foi possível entender, que as organizações sociais/culturais podem ser mais coletivas ou individuais, evoluindo a curto ou longo prazo. É possível aplicar tais princípios para gerar um conteúdo, que reflita em um único indivíduo e seja percebido diferentemente pelo coletivo, porém, de igual maneira e valor, que transmita uma única mensagem de igualdade para todos (AUDY, 2016).

No âmbito dos espaços culturais, é possível propor uma experiência atrelada aos sentidos e sentimentos, possibilitando reações emocionais, por meio de espaços sensoriais, criando experiências sociais; permitindo aos usuários do espaço uma reflexão crítica dos vários acontecimentos históricos, que foram responsáveis pelo conjunto de vivências, experiências que temos na atualidade (AUDY, 2016). O arquiteto Pedro Mendes da Rocha no ano de 2014, em entrevista ao observatório Itaú Cultural, define a evolução de um museu como sendo “[...] um cofre onde se guardavam tesouros culturais e artísticos [...]”, agora como centro cultural, trata-se do mesmo conteúdo, porém, em um espaço aberto e dinâmico que busca interagir com a cidade (IC, 2014).

Um exemplo de espaço, que propõe tais sensações é o Museu da escravidão e liberdade, proposto para a cidade do Rio de Janeiro, projeto que pretende memorizar o passado da cidade e detalhar a cultura afro-brasileira após a emancipação, trazendo à atualidade elementos que contribuíram para a formação e expressões atuais da cultura brasileira (JONES; HOLLENBACH, 2017). Assim, a instituição visará adotar uma postura, que se assemelhará a de instituições que relembram o Holocausto⁹, não deixando que a violência da escravidão volte a acontecer no Brasil (GOBBI, 2018).

Essa preocupação, deve ocorrer em toda extensão do Brasil, por ter sido o último país e abolir a escravidão em 13 de maio de 1888, resultado de um processo lento de mobilização popular. Assim, temos um estudo realizado pelo historiador Cleber da Silva Maciel¹⁰, que aponta a cidade de Campinas no ano de 1872, composta com cerca de 57% da população por escravos (GHIRELLO, 2018). Contudo, segundo o mesmo historiador, que faz crítica ao racismo em Campinas:

[...] alguns pesquisadores da primeira metade do século XX afirmavam, com base nestes números, que a população negra não só estaria desaparecendo nas cidades paulistas como teriam sua extinção completa em no máximo 50 anos. Tais autores, certamente influenciados pelas teorias raciais anteriormente citadas, acreditavam na superioridade da raça branca e no embranquecimento da população através do cruzamento entre raças, que faria vencer (por seleção natural darwiniana) aquele que fosse mais forte (GHIRELLO, 2018, p. 57).

A pesquisa, tem seguimento no ano de 1926, apontando, que a porcentagem de negros na região de Campinas caiu para 14% referente a população total. Porém, tal declínio, não é justificado pelo embranquecimento da população, e sim, pelo incentivo a migração de europeus no país, mortes por repressão, grupos não contabilizados e

9 O Memorial aos Judeus Mortos da Europa ou como é mais comumente chamado Memorial do Holocausto é, como o nome já indica, um memorial dedicado aos seis milhões de judeus mortos durante o regime nazista (MIRANDA, 2014)..

10 Historiador que se dedicou amplamente às pesquisas sobre negritude em Campinas (GHIRELLO, 2018).

uma grande porcentagem de negros, com pele mais clara, que se colocavam frente a sociedade como brancos (GHIRELLO, 2018).

Assim, esses espaços devem ser compostos, para evidenciar que o escravo até sua alforria, é marginalizado; sofrendo preconceitos pelo contexto social. Por meio dessa arquitetura, é possível trazer para essa sociedade, espaços que conscientize e integrem a comunidade, e tragam esse apelo histórico, possibilitando uma visão crítica, sob uma ótica igualitária (IC, 2014).

4 Considerações finais

Segundo Franz Boas (1896, apud LARAIA, 2015, p. 36), “cada cultura segue seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou”. Não é possível mudar tais eventos ocorridos, porém, é justificado conhecer os mesmos para visualizar sob uma ótica crítica (LARAIA, 2015).

Assim, Kloeber (1949, apud LARAIA, 2015, p. 51) coloca que “tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposição originadas fora da cultura”. Portanto, instruindo grupos de pessoas que não possuem tal conhecimento, será possível fortalecer uma melhoria geral do país, assim como, minimizar os reflexos de diferenças culturais ainda existentes.

Por isso, ao entender que o negro ao longo desse período até a atualidade, foi se desenvolvendo mediante suas raízes passadas e novas, criando maneiras de materializar sua resistência, compondo o conhecimento nacional, é de suma importância o reconhecimento de igualdade. Afinal, não se pode esquecer e deve ser prioridade, combater o racismo e os preconceitos, que dele derivaram, pois, ainda vivemos em uma sociedade que possui resquícios escravagista e em grande maioria visa o consumismo atrelado a um mercado sexista; que nada mais são do que formas de opressão, que limitam seu desenvolvimento social. Assim, evidencia-se que ainda há um déficit histórico do Brasil para com o povo negro. (IZIDRO, 2018).

Portanto, tendo conhecimento da história, se faz necessário que a sociedade se posicione frente a algumas manifestações corriqueiras, que possui tendências preconceituosas, que muitas vezes são percebidas, mas sem possibilidade de resposta, uma vez que a sociedade atual, possui segregação entre aquele que tem o saber, ou seja, aquele que tem acesso a educação, cultura e lazer e aquele que não têm.

Desse modo, para mudar essa realidade, é proposto, que por meio de um museu sensorial, que proporcione iniciativas e atividades, inserindo a história, a prática da liberdade de expressão, respeitando seus valores na formação dessa cultura miscigenada ao longo de sua história, será possível realizar uma abordagem de ressignificação frente à sociedade da cultura afro-brasileira, valorizando essa herança cultural, que outrora foi trazida e tão pouco valorizada dentro da cultura nacional, tendo em sua necessidade de existir, a adaptação e reinvenção de suas raízes.

Referências

- AUDY, Jorge Kotick. *Teoria das Dimensões Culturais de Geert Hofstede*. Blog Jorge Horácio “Kotick” Audy – Minhas reflexões como professor e consultor em 360°. Publicado em 04 Jun 2016. Disponível em: <https://jorgeaudy.com/2016/06/04/teoria-das-dimensoes-culturais-de-geert-hofstede/>. Acesso em: 07 maio 2019.
- BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua*. 1ª ed. Brasil: Editor Samuel Moore, 2016.
- BCO – Blog Circuito do Ouro. *Conheça a história do tropeirismo no Brasil*. Circuito do ouro/destinos/entre ruralidades e personalidades/história/natureza e aventura. Publicado em 27 Out 2016. Disponível em: <http://circuitodoouro.tur.br/blog/2016/10/27/conheca-historia-do-tropeirismo-no-brasil/>. Acesso em: 12 maio 2019.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada*. 3ª ed. Brasil: Perspectiva, 2002.
- CORREIA, Ricardo Toller; DICK, Mauricio Elias. Design para experiência e computação física: uma proposta de análise. *Revista DAPesquisa*, v. 11, n. 15, p.112-129. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/6817>. Acesso em: 07 maio 2019.
- DANTAS, Thais da Silva. *Por uma Enoterritorialidade Quilombola: intersecções entre territorialidades e etnicidades*. Tese de doutorado. Juiz de Fora 2015.
- FUPAM – FUNDAÇÃO PARA A PESQUISA EM ARQUITETURA E AMBIENTE. *P3A: Análise e diagnóstico técnico*. Atualização e adequação da regulamentação urbanística de Campinas. 2015. Disponível em: http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/seplama/p3a_r04_consolidado.pdf. Acesso em: 06 maio 2019.
- GHIRELLO, Bárbara Campidelli. *Negros e brancos: identidade e território em Campinas (1888-1956)*. Dissertação de Mestrado – PUC Campinas, 2018.
- GOBBI, Nelson. *Criação de um museu dedicado à escravidão está na berlinda*. O Globo, Cultura – Artes Visuais. Publicado em: 21 Jan 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/criacao-de-um-museu-dedicado-escravidao-esta-na-berlinda-22311419>. Acesso em: 14 maio 2019.
- GOMES, Flavio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora. Claro Enigma, 2015.
- IC – ITAÚ CULTURAL, *Arquitetura de centros culturais*. Entrevista concedida ao Observatório. Itaú Cultural, São Paulo, publicado em 02 Dez 2014. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/arquitetura-de-centros-culturais>. Acesso em: 14 maio 2019.
- IZIDRO, Chico. *Após 130, reflexos da escravidão e de uma abolição mal projetada ainda são sentidos no Brasil*. Em 13 de maio de 1888 Lei Aurea foi assinada. Correio do Povo. R7 Notícias – Porto Alegre. Publicado em 11 Mai 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ap%C3%B3s-130-anos-reflexos-da-escravid%C3%A3o-e-de-uma-aboli%C3%A7%C3%A3o-mal-projetada-ainda-s%C3%A3o-sentidos-no-brasil-1.261321>. Acesso em: 07 maio 2019.

JONES, Claire; HOLLENBACH, Lisa. “*Museu da Escravidão e da Liberdade*” Proposto pelo Prefeito Istiga Debate e Ceticismo. Traduzido por Marina Hennies. Olho na Gentrificação – RioOnWatch. Publicado em 22 Set 2017. Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=28284#prettyPhoto>. Acesso em: 14 maio 2019.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LAS PRETAS. *Tranças nagô*. Destaque – Estética. As tranças nagôs, as tranças de raiz. Publicado em 07 Fev 2018. Disponível em: <http://laspretas.com.br/trancas-nago-as-trancas-de-raiz/>. Acesso em: 14 maio 2019.

LIMA, Gerson Diniz; GIANASI, Lussandra M. *Enoterritorialidade quilombola de Macuco no município de Minas Novas e Chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais, Brasil: mapeamento e análises*. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v.5, n.13, Mar 2011, p.37-63. ISSN: 1982-1956. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/13824>. Acesso em: 12 maio 2019.

MAESTRI, Mário. *Brasil, 1822: Um país parido pela escravidão*. Publicado em 6 set. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/09/brasil-1822-um-pais-parido-pela-escravidao-por-mario-maestri/>. Acesso em: 24 Fev 2019.

MIRANDA; Isabel. *Holocaust-Mahnmal (Memorial do Holocausto)*. Blog Simplesmente Berlim. Atrações e Atividades/Atrações/Holocaust-Mahnmal. Publicado em Jan 2014. Disponível em: <https://simplesmenteberlim.com/holocaust-mahnmal-memorial-do-holocausto/>. Acesso em: 14 maio 2019.

PALMARES. Fundação Cultural. *Quilombos ainda existem no Brasil*. Publicado 17 nov. 2008. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=3041>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Origens*. 2019a. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/origens.php#jump-menu-principal>. Acesso em: 16 abr. 2019.

PMC – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *RMC*. Histórico dos Municípios da RMC – CAMPINAS. 2019b. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/rmc2014/>. Acessado em: 27 Mar 2019.

PP – PRAGMATISMO POLÍTICO. *10 raras fotos de escravos brasileiros*. História. Publicado em 10 Mai 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/10-raras-fotos-de-escravos-brasileiros.html>. Acesso em: 20 maio 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro*. Publicado em 11 dez. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CjcBv5ZWYPU&t=1s>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaes” no trecho da atual marcha urbana de Campinas. *An. mus. paul*, v. 14, n. 2, São Paulo, Julho/dezembro. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200006. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. *Cadernos CEDEM – UNESP, Marília*, ed. v. 3, n. 1, 2012, p. 23-37. ISSN

2236-0247. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/2339>. Acesso em: 05 maio 2019.

SIQUERIA, Luciane. A expressão sócio-cultural na imagem da arquitetura do ocidente de finais de séculos XIX e XX. *Arquitextos*, São Paulo, ano 01, n. 012.10, Vitruvius, Maio 2001 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/896>. Acesso em: 07 maio 2019.

VIEIRA, Kauê. *Jongo: memória viva dos antepassados negros do Brasil*. Afreaka – Brasil/África. Notas. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/jongo-memoria-viva-dos-antepassados-negros-brasil/> . Acesso em: 11 maio 2019.